



---

## **Relatório de Atividades e Contas**

**2013**

---

*Lisboa*

*Março 2014*

## Índice

<b>Lista de Abreviaturas e Siglas .....</b>	<b>3</b>
1. Mensagem da Direção .....	4
2. Introdução .....	6
3. Objetivos .....	7
4. Política de Qualidade.....	8
4.1 Valores.....	8
5. Organização e Gestão .....	10
5.1 Organização Interna e Estrutura Territorial .....	10
5.2 Funcionamento .....	11
5.3 Recursos humanos .....	13
5.4 Relações Institucionais, Nacionais e Estrangeiras .....	13
5.5 Iniciativas de Âmbito Legislativo.....	14
5.6 Organização Administrativa e Financeira.....	15
6. Atividades Desenvolvidas .....	16
6.1 Educação .....	16
6.2 Formação Profissional e Emprego .....	17
6.3 Segurança Social .....	18
6.4 Cultura, Desporto e Recreação .....	19
6.5 Formação e Investigação .....	20
6.6 Projetos.....	22
7. Atividade Económica-Financeira .....	24
8. Proposta de Aplicação de Resultados .....	27
9. Conclusões.....	28

### Lista de Abreviaturas e Siglas

- APCs** – Associações de Paralisia Cerebral
- CNDH** – Comissão Nacional para os Direitos Humanos
- CNISS** – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social
- CNRIPD** – Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
- CPP** – Comité Paralímpico de Portugal
- CRI** – Centro de Recursos para a Inclusão
- DGE** – Direção Geral da Educação
- EACD** – European Academy of Childhood Disability
- EBTA** – European Bobath Tutors Association
- FAPPC** – Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral
- FPDD** – Federação Portuguesa de Desporto para as Pessoas com Deficiência
- ICFI** – Instituto Científico de Formação e Investigação
- ICPS** – International Cerebral Palsy Society
- IEFP** – Instituto de Emprego e Formação Profissional
- INR** – Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.
- IP** – Intervenção Precoce
- IPDJ** – Instituto Português de Desporto e Juventude, I.P.
- IPSS** – Instituição Particular de Solidariedade Social
- MEC** – Ministério da Educação e Ciência
- MNE** – Ministério dos Negócios Estrangeiros
- MSESS** - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
- ODDH** – Observatório da Deficiência e Direitos Humanos
- PC-AND** - Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto
- POPH** – Programa Operacional do Potencial Humano
- SCPE** – Surveillance of Cerebral Palsy in Europe
- SEDJ** – Secretaria de Estado de Desporto e Juventude
- SESSS** – Secretaria de Estado da Solidariedade e da Segurança Social
- TND BOBATH** – Tratamento do Neurodesenvolvimento Bobath

## 1. MENSAGEM DA DIREÇÃO

O ano de 2013 foi marcado pela perseverança, superação, sinergia e sobretudo pelo dinamismo que os desafios, derivados de uma atitude inconformista e da ambição de querer mais e melhor, nos impunham diariamente.

A Direção da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (**FAPPC**), no exercício do 2.º ano de mandato, pautou as suas ações pela defesa do reconhecimento dos direitos dos cidadãos com Paralisia Cerebral e situações neurológicas afins com comprometimento motor, quer ao nível dos órgãos da Tutela como ao nível das entidades públicas e privadas.

Com o intuito de promover uma melhor prestação de serviços e auxiliar na persecução dos objetivos a que se propôs, optou por diversificar o quadro de pessoal da FAPPC para otimizar a área de comunicação e imagem; desenvolver projetos que correspondessem às necessidades apreendidas e impulsionar a sustentabilidade e inovação das atividades da Federação e suas Associadas.

A proximidade às Associadas, através da realização de ações e atividades nas cidades onde estão sediadas tem permitido reforçar a rede de trabalho e perceber as adversidades com que diariamente se deparam. Esta partilha bidirecional de conhecimentos foi a força motriz para interceder junto dos respetivos órgãos da Tutela, através da apresentação de propostas nas áreas da Educação, Saúde, Segurança Social, do Emprego e Formação Profissional.

Deste modo, foram apresentados dois projetos ao Programa Operacional do Potencial Humano (**POPH**), nomeadamente o “Reabilitação em Proximidade” e o “Cuidar dos Cuidadores”, que tentam inovar e diferenciar os serviços prestados, bem como criar um espírito de cooperação e partilha entre as Associadas, a nível nacional.

A ambição de projetar o reconhecimento pelos direitos de inclusão e participação dos cidadãos com Paralisia Cerebral, através da consciencialização da sociedade civil, foi (é) um grande desafio.

Face a esta problemática e porque consideramos que a celebração de um Dia Nacional representa um marco histórico, obrigando a sociedade a refletir sobre factos relevantes, foram estabelecidas sinergias para instituir o Dia Nacional da Paralisia Cerebral, a celebrar anualmente a 20 de outubro.

Através do empenho, dedicação e colaboração das Associações foi entregue uma petição na Assembleia da República com mais de 5.000 subscrições, permitindo legitimar a comemoração do Dia da Paralisia Cerebral. De facto, “Deus quer, o homem sonha e a obra nasce” e a 6 de fevereiro do presente ano, foi esta petição apreciada em Plenário da Assembleia, com a promessa da criação de um Projeto de Resolução, já aprovado, para a instituição do dia 20 de outubro como o Dia Nacional da Paralisia Cerebral.

Tal como diz Peter Drucker, “a melhor maneira de predizer o futuro é criá-lo” e é com este lema que todos construímos diariamente um futuro melhor para as crianças, jovens e adultos com Paralisia Cerebral.

A **Presidente**, Maria Eulália Marques Calado Araújo Prates

A **Vice-Presidente**, Leonor do Céu R. Nascimento Teixeira

O **Secretário**, Jorge César Vilela de Carvalho

O **Tesoureiro**, Paulo Jorge de Almeida Gonçalves Teixeira

O **Vogal**, José Joaquim Marques Alvarelhão

O **Vogal**, António Roque Pombo Barata

O **Vogal**, Carlos Alberto Pereira Barata

## 2. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Atividades e Contas visando o cumprimento das disposições legais e estatutárias, refere-se à atividade desenvolvida pela FAPPC no ano de 2013, que consiste numa exposição circunstanciada e objetiva das ações realizadas, na convicção de que os resultados alcançados e os factos mais marcantes durante este período se encontram aqui evidenciados, bem como o grau de execução do plano de atividades e desvios ocorridos.

Pretende ser um documento de análise e avaliação da atividade da FAPPC no contexto do Plano de Atividades de 2012, no quadro dos objetivos estratégicos e das prioridades definidas no Plano de Ação aprovado para o triénio 2012 / 2014.

Alude alguns constrangimentos de carácter interno e externo, reflete a capacidade da FAPPC em potenciar recursos das suas Associadas, valoriza o trabalho em parceria, a articulação com os diferentes atores sociais, órgãos de Tutela, organizações suas congéneres no plano nacional e transnacional, compatibilizando o interesse organizacional com o interesse público, na defesa do exercício da plena cidadania da pessoa com deficiência.

As atividades de carácter científico, de investigação e de formação, os grupos específicos de trabalho no âmbito da educação, segurança social e formação/emprego, refletem o trabalho de continuidade realizado pela FAPPC e de todos os *stakeholders* que colaboram com a organização.

Foram ainda apresentadas propostas às entidades de Tutela, tendo em vista o exercício dos direitos das pessoas com deficiência para a garantia da sua autonomia.

Este relatório traduz também o início do ciclo de vida da FAPPC, no 2º mandato dos seus órgãos sociais, eleitos para o triénio de 2012/2014 que em conjunto, percorreram unidos um caminho em torno dos princípios e valores que caracterizam as organizações da Paralisia Cerebral em Portugal: ética, conhecimento, solidariedade, inclusão social, coesão e respeito pela diferença.

A Direção mandatada desenvolveu uma gestão centrada na satisfação das suas necessidades organizacionais, nos interesses das suas Associadas, de acordo com a sua missão, visão e valores, sempre no supremo interesse das pessoas com deficiência.

Apesar dos constrangimentos inerentes ao insuficiente financiamento, às dificuldades manifestadas por algumas Associadas e ainda os obstáculos criados pelas condições adversas,

fruto de uma política de contenção, a FAPPC participou de forma expressiva na sociedade portuguesa, através das propostas e ações das suas Associadas nos órgãos de Tutela, nas comissões de acompanhamento, nos órgãos consultivos, com as suas congéneres e em estudos para promoção da qualidade de vida das pessoas com Paralisia Cerebral, situações neurológicas afins com comprometimento motor.

### 3. OBJETIVOS

Garantir apoio às Associadas através de uma intervenção ajustada às suas necessidades e expectativas;

Incentivar as Associadas a desenvolver ações de carácter local, regional e nacional, promotoras da autonomia das pessoas com Paralisia Cerebral;

Defender o exercício da plena cidadania das pessoas com deficiência;

Melhorar a capacidade de intervenção organizacional e o reforço da cooperação, para um crescimento sustentável;

Contribuir para a melhoria das políticas de Reabilitação, Educação, Saúde, Formação Profissional e Emprego da pessoa com Paralisia Cerebral e situações neurológicas afins com comprometimento motor;

Apoiar e coordenar ações das Associadas, relativamente aos interlocutores das entidades públicas ou privadas e, em especial, junto dos órgãos e serviços do ministério da Tutela;

Promover a prática desportiva, a cultura e a recreação para todos, enquanto espaço privilegiado de inclusão e autonomia da pessoa com deficiência, de modo a favorecer a sua qualidade de vida, desenvolvendo as suas capacidades e a sua participação no exercício de uma cidadania plena;

Contribuir para a promoção de melhores condições de qualidade de vida das pessoas com deficiência e suas famílias;

Reforçar a informação disponível na página web, melhorando a comunicação e interação com as Associadas e a comunidade em geral, com o intuito de consolidar a imagem da FAPPC.

## 4. POLÍTICA DE QUALIDADE

Valorizar a contribuição das suas Associadas e de todas as partes interessadas, através de uma intervenção conjunta e multidisciplinar, orientada para a satisfação das necessidades das pessoas com Paralisia Cerebral, situações neurológicas com comprometimento motor, para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva;

Centrar a intervenção da FAPPC na melhoria contínua da reflexão, planeamento e atuação, com vista a atingir os resultados desejados;

Motivar e incentivar as Associadas a serem parceiros ativos na defesa dos seus direitos das pessoas com deficiência;

Cumprir os requisitos legais e regulamentares.

### 4.1 VALORES

#### ➤ RESPEITO

Reconhecer e valorizar os direitos das pessoas com Paralisia Cerebral, situações neurológicas com comprometimento motor, bem como das suas famílias, agindo em conformidade com os princípios da FAPPC, com espírito de solidariedade;

Basear a sua reputação no mérito dos serviços que presta, competindo sempre lealmente com terceiros.

#### ➤ INOVAÇÃO

Transformar, de forma individual e coletiva, a realidade da organização numa resposta eficaz, através da partilha de saberes, da criatividade e da flexibilidade, promovendo a reflexão sobre a prática na FAPPC.

#### ➤ TRANSPARÊNCIA

Administrar com rigor e honestidade as atividades, de forma à que as práticas, decisões e funcionamento sejam consentâneas com os princípios da organização.

➤ **RESPONSABILIDADE**

Decidir e atuar em conformidade com a Missão, Princípios e Valores da organização, usando os conhecimentos e competências na defesa dos valores da vida e dignidade humanas.

Pautar os seus serviços por elevados padrões de qualidade.

## 5. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Neste âmbito podem-se considerar 6 vertentes, respetivamente:

### 5.1 ORGANIZAÇÃO INTERNA E ESTRUTURA TERRITORIAL

A FAPPC, ex-Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral Nacional, fundada em 1960, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, que tem por Missão a sensibilização, habilitação, formação e inclusão de pessoas com Paralisia Cerebral e situações neurológicas afins com comprometimento motor.

A FAPPC tem uma cobertura nacional, no território continental e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, através das suas 17 Associações de Paralisia Cerebral, genericamente designadas por APCs, que prestam apoio e serviços a cerca de 20.000 pessoas com deficiência e suas famílias.

As Associadas são em número de 17 no total, das quais 16 são IPSS e uma outra Entidade, de natureza e finalidade desportiva, que é a Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto (PC-AND).

A PC-AND sediada em Coimbra tem intervenção de âmbito nacional e internacional, promove e desenvolve programas desportivos informais e formais, de nível local a internacional, nomeadamente com representações em Campeonatos da Europa, do Mundo, Jogos Paralímpicos e demais eventos de elevado valor e mérito desportivo. O que acontece, regularmente, desde de 1982.

A PC-AND enquadra, como sócios, 34 Entidades Desportivas e um total de 486, praticantes e agentes desportivos.

As 16 APCs estão implantadas em 14 Associações no território continental e 2 nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

No território continental, as 14 APCs estão sediadas em 12 Distritos, mas prestam apoio e serviços aos 18 Distritos.

É de 14.620 o número de Sócios das 16 APCs (não incluindo a PC-AND).

São 301 as pessoas (com e sem deficiência/incapacidade) que integram os Corpos Sociais das 17 Associadas, incluindo a Federação perfaz um total de 398 dirigentes Associativos.

A estrutura interna da Federação é constituída, ainda, pelos seguintes representantes, membros das Comissões e Grupos de Trabalho, a saber:

- Instituto Nacional para a Reabilitação (**INR**) – Presidente da Direção da FAPPC, Maria Eulália Marques Calado Araújo Prates.
- International Cerebral Palsy Society (**ICPS**) – Vogal do Comité Executivo – José Joaquim Marques Alvarelhão, membro da Direção da FAPPC.
- Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (**CNISS**) – José Carlos da Costa Vieira. Diretor de Serviços da Associação de Paralisia Cerebral de Viseu e membro de Órgão Social da União Distrital de Viseu.
- Comissão para a Educação, da Direção Geral da Educação (**DGE**) do Ministério da Educação e da Ciência (MEC) – José Patrício, Presidente da Associação de Paralisia Cerebral de Almada Seixal.
- Fórum para a Integração Profissional das Pessoas com Deficiência (**IEFP**) – Fátima Januário, membro da Direção da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra.
- Comissão Nacional para os Direitos Humanos (**CNDH**), do Ministério dos Negócios Estrangeiros – António Roque Pombo Barata, Vogal da Direção da FAPPC e membro da Direção da Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa.
- European Bobath Tutors Association (**EBTA**) – Ana Maria Moreira, Coordenadora do Tratamento do Neurodesenvolvimento Bobath (**TND BOBATH**).

## 5.2 FUNCIONAMENTO

Realizou-se um Congresso Extraordinário e dois Conselhos Gerais. As duas Assembleias do Concelho Geral da FAPPC, a primeira, em março, para a aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2012 e a segunda, em novembro, para a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento 2014. O Congresso Extraordinário teve lugar, em Coimbra, a 13 de julho.

A Direção da Federação teve doze reuniões regulares, tendo efetuado seis reuniões na sede das Associadas perseguindo e prosseguindo uma política de proximidade, de contacto com a realidade local, a saber: Leiria (janeiro), Guimarães (fevereiro), Évora (abril), Porto (maio) e Coimbra (julho) e Açores (outubro).

Corolário do anterior ponto e procurando partilhar conhecimento para as suas Associadas, foram realizados quatro seminários, nomeadamente em Guimarães, Évora, Porto e Açores.

As ações desenvolvidas pela Direção da FAPPC durante o ano de 2013, no âmbito do funcionamento, foram superiores a 100:

• Congresso Extraordinário da FAPPC	1
• Conselho Geral da FAPPC	2
• Reuniões da Direção da FAPPC	12
• Visitas as Associadas e Reuniões com as Direções das Associações	6
• Seminários FAPPC	4
• Presença no Acampamento Nacional em Coimbra, Julho	1
• Comemorações do Dia da Paralisia Cerebral, Outubro 20	1
• Audição Parlamentar na Assembleia da República	1
• Protocolos estabelecidos com Entidades Nacionais e Estrangeiras	3
• Lançamento do livro “Vigilância da Paralisia Cerebral aos cinco anos de idade”	1
• Iniciativas de âmbito Legislativo	1
• Alteração Estatutária, isto é, nos Estatutos da FAPPC	1
• Projetos aprovados, incluindo o apoio ao funcionamento, no âmbito do financiamento do INR às Organizações Não Governamentais para Pessoas com Deficiência	4
• Projetos aprovados no âmbito do POPH	2
• Marketing, Comunicação e Imagem – Parceria com a Portugal Telecom	1

- Representação Institucional no país e no estrangeiro

+60

### 5.3 RECURSOS HUMANOS

Com a saída, em abril, da funcionária Paula Pinto manteve-se em funções a funcionária Ana Arada.

Decorreu de março a dezembro o estágio profissional da estagiária Ana Rita Tavares e, em dezembro, a Direção deliberou contratá-la para iniciar as funções a partir de janeiro de 2014, passando a prestar assessoria à Direção, com intervenção na área do Marketing, Comunicação e Imagem e nos Projetos, nomeadamente no Programa Operacional do Potencial Humano e a coordenar os serviços administrativos.

### 5.4 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

A Federação mantém relações institucionais de cooperação e de representação em Entidades Públicas e Privadas, nacionais e estrangeiras.

As Entidades Estrangeiras são:

- **EACD** – European Academy of Childhood Disability
- **ICPS** – International Cerebral Palsy Society
- **SCPE** – Surveillance of Cerebral Palsy in Europe
- **EBTA** - European Bobath Tutors Association

As Entidades Nacionais são:

- **CNDH** – Comissão Nacional para os Direitos Humanos
- **CNISS** – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social
- **CNRIPO** – Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
- **DGE** – Direção Geral da Educação
- **IEFP** – Instituto de Emprego e Formação Profissional
- **INR** – Instituto Nacional para a Reabilitação, IP.

- **MEC** – Ministério da Educação e Ciência
- **SESSS** – Secretaria de Estado da Solidariedade e da Segurança Social
- **MNE** – Ministério dos Negócios Estrangeiros
- **MSESS** - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Protocolos estabelecidos com Entidades nacionais e estrangeira:

- **ODDH** – Observatório da Deficiência e Direitos Humanos
- **ACARINHAR** (Cabo Verde) – Associação das Famílias e Amigos das Crianças com Paralisia Cerebral

---

## 5.5 INICIATIVAS DE ÂMBITO LEGISLATIVO

A FAPPC apresentou ao abrigo do disposto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e nos artigos 1.º e seguintes da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6/93, de 1 de março, pela Lei n.º 15/2003, de 4 de junho, e pela Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto, a petição tendo por objetivo a Instituição do dia Nacional da Paralisia Cerebral, a celebrar anualmente no dia 20 de outubro.

Continuamos a aguardar resposta a nossa proposta de alteração à Portaria n.º 142-B/2012, de 15 de Maio (Transporte não Urgente de Doentes), apresentada pela Direção da FAPPC. Informamos que o reforço foi feito em fevereiro de 2014 em audiência havida com Sua Excelência Secretário de Estado Adjunto da Saúde.

## 5.6 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Neste âmbito, o ano de 2013 foi caracterizado por uma melhoria do funcionamento administrativo e financeiro dos serviços da FAPPC em articulação com o Técnico Oficial de Contas, mediado pelo Tesoureiro da Direção.

No que respeita aos mecanismos de controlo económicos e financeiros, foram criadas ferramentas que permitem o controlo das receitas e das despesas por cada um dos projetos em desenvolvimento ao longo do ano, originando uma análise regular da evolução económica. Foram também elaboradas periodicamente propostas de emissão de pagamentos, o que permitiu efetuar um acompanhamento regular da atividade financeira da Federação.

Em relação ao relacionamento com as entidades externas prestadoras de serviços à Federação, mantém-se em vigor o contrato com o Banco BPI e foi aberta uma conta no Montepio Geral. Com a operadora de telecomunicações (Portugal Telecom) foram melhoradas as relações institucionais e comerciais, que resultaram no Concurso Nacional dos Pontos Telemóvel.

## 6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades desenvolvidas durante o ano de 2013 consistiram em seis áreas:

### 6.1 EDUCAÇÃO

Na prossecução do seu plano de atividades, em parceria com o MEC e outros atores sociais para a definição de políticas educativas promotoras da igualdade de oportunidades e da efetiva participação na excelência da escola inclusiva, bem como na defesa dos princípios de equidade, cooperação e solidariedade, a FAPPC centrou a sua ação no diagnóstico de necessidades, na avaliação, na resolução de problemas das Escolas de Ensino Especial, no âmbito do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) e ainda no destacamento de docentes para atividades educativas de algumas Associadas.

A educação inclusiva inscreve-se nos princípios fundamentais da FAPPC. As suas Associadas desenvolvem atividades promotoras de práticas reflexivas e colaborativas, que concorrem para o aumento da qualidade educativa dos alunos com deficiência.

*Combater o insucesso escolar ajuda a vencer os efeitos da privação social que, por sua vez, é frequentemente causa de insucesso.” (OCDE, 2008)*

Objetivos	Resultados	Apoios	Parcerias
<p>Fomentar a igualdade de oportunidades favorecendo o tratamento diferenciado, de acordo com o limiar de aprendizagem;</p> <p>Promover a Equidade e a Inclusão como prioridades no nosso sistema educativo;</p> <p>Avaliar a causa e o efeito das políticas educativas, nomeadamente a ação dos CRI,</p>	<p>Criação de grupos de trabalho, nas Regiões Norte e Sul; participação nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do MEC;</p> <p>Participação no processo de análise dos Planos de Ação dos CRI para o ano letivo 2013/2014;</p> <p>Elaboração do documento caraterizador da intervenção da FAPPC e das suas Associadas, no âmbito da educação;</p>	<p>FAPPC</p> <p>APCs</p> <p>INR</p>	<p>INR</p> <p>DGE/MEC</p>

da Intervenção Precoce (IP) e do apoio educativo Especializado; <i>Assegurar a Educação fundamental para todos.</i>	Reuniões entre Associadas para uniformização de procedimentos e avaliação do funcionamento dos CRI.		
--	---	--	--

## 6.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO

No atual contexto socioeconómico, as preocupações com o acesso ao emprego são predominantes na maioria dos cidadãos, as desigualdades acentuam-se, sendo mais evidentes na relação com o trabalho e especificamente nas pessoas com deficiência, com baixos níveis de qualificação académica.

Apesar de se ter verificado uma evolução nas medidas de apoio ao emprego das pessoas com deficiência, o grau de inserção no mundo do trabalho é lacunar ao nível da igualdade de oportunidades, o que conseqüentemente se reflete nos seus rendimentos, na participação da cívica e política, bem como na perceção que tem de si, face ao mundo laboral.

A FAPPC consciente da importância do seu papel na representação das pessoas com Paralisia Cerebral e situações neurológicas afins, na defesa do direito à formação e ao pleno emprego, desenvolveu um conjunto de ações promotoras da inclusão sócio laboral.

Objetivos	Resultados	Apoios	Parcerias
Reforçar o papel da FAPPC enquanto parceira e agente da promoção de políticas de formação profissional e emprego para as pessoas com deficiência;  Colaborar com o IEFEP na reconversão e aplicação das medidas de Formação e Emprego dirigidas às pessoas com	Participação nas reuniões do Fórum para a Integração Profissional;  Reuniões da plataforma das organizações;  Reuniões de Associadas do grupo de trabalho – Formação e Emprego;	FAPPC  APCs  INR	INR  IEFP

<p>deficiência;</p> <p>Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços, na aplicação das medidas de apoio ao emprego;</p> <p>Cooperar com as entidades responsáveis pelas políticas públicas de reabilitação/formação e emprego, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades.</p>	<p>Elaboração de documentação de suporte para as entidades de Tutela.</p>		
---	---	--	--

### 6.3 SEGURANÇA SOCIAL

A Segurança Social desempenha um papel determinante na vida das APCs, pelo que a torna um parceiro privilegiado, uma vez que também é o garante da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

As ações concretizadas traduziram-se no apoio às Associadas, na negociação de políticas sociais de proteção à pessoa com deficiência e sua família com especial incidência no funcionamento das unidades de IP para a Infância e no apoio à reabilitação das crianças com Paralisia Cerebral.

Face ao exposto, realizou-se uma audiência com Sua Excelência o Senhor Ministro da Solidariedade e Segurança Social, representado pela Chefe de Gabinete, à qual foram apresentados documentos de proposta sobre os Centros de Desenvolvimento e Intervenção Precoce para a Infância e renegociação das respostas da reabilitação para as crianças com Paralisia Cerebral (ação dinamizada pela Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real).

Decorreu também uma reunião com o Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Segurança Social, na qual participaram Associadas da FAPPC, para análise e avaliação do quadro das políticas sociais nas APCs, tendo sido entregue um memorando, com propostas de melhoria; consequente das reuniões de Âmbito Nacional com as Associadas.

A Direção teve ainda participação em:

- Reuniões regulares promovidas pelo INR, I.P. com as organizações não-governamentais das pessoas com deficiência.

- Reuniões conjuntas entre o INR, a SESSS e com organizações não-governamentais das pessoas com deficiência.
- Reuniões conjuntas entre o INR, a SESSS e a Tutela, sectoriais da Educação e da Saúde, com as organizações não-governamentais das pessoas com deficiência.
- Reuniões de trabalho com a SESSS com o objetivo de obter aprovação de dois Projetos no âmbito do POPH, nomeadamente: “**Cuidar dos Cuidadores na Paralisia Cerebral**” e “**Reabilitação em Proximidade**”.
- Diversas iniciativas promovidas pelo INR / SESSS em parceria com o Instituto Português de Desporto e Juventude, I.P. (**IPDJ**) e Secretaria de Estado do Desporto e Juventude (**SEDJ**), nomeadamente, no domínio do desporto para pessoas com deficiência.

#### 6.4 CULTURA, DESPORTO E RECREAÇÃO

Objetivos	Resultados	Apoios	Parcerias
<p>Promover e desenvolver programas no âmbito da Cultura, Desporto e Recreação que valorizem a pessoa com Paralisia Cerebral e outras situações neurológicas com comprometimento motor;</p> <p>Valorizar o papel e a importância da Cultura, Desporto e Recreação como um instrumento e veículo por excelência que aumenta e acelera a participação e a inclusão social.</p>	<p>Promoção e desenvolvimento de Programas de (1) Desenvolvimento Desportivo; (2) de Enquadramento Técnico; (3) de Alto Rendimento e Seleções Nacionais; (4) de Formação; (5) de Organização de Eventos Desportivos Internacionais; (6) de Preparação Paralímpica;</p> <p>Realização do Acampamento Nacional;</p> <p>Participação em eventos desportivos internacionais.</p>	APCs	<p>INR</p> <p>FPDD</p> <p>CPP</p> <p>INR/SESSS</p> <p>IPDJ/SEDJ</p>

## 6.5 FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

Área	Ação	Resultados	Apoios
Neurodesenvolvimento	Curso de Pós-Graduação sobre o TND BOBATH.	Formação pós - graduada a 24 profissionais da área da reabilitação na abordagem terapêutica do neurodesenvolvimento da criança com Paralisia Cerebral.	FAPPC

Projeto	Objetivos	Resultados	Apoios
<b>Vigilância Nacional na Paralisia Cerebral</b>	<p>Melhorar o conhecimento sobre a Paralisia Cerebral em Portugal, a sua prevalência e fatores de risco, com vista à sua prevenção;</p> <p>Reforçar a posição de Portugal como país de reconhecida competência e com recursos na área científica, no contexto da Paralisia Cerebral a nível europeu e mundial.</p>	<p>Apresentação do poster “Five-year-old children with cerebral palsy born late and moderate preterm in 2001-2005 from a European national surveillance registry” e do tema “Viabilidade e ética no extremo baixo termo” na V Jornadas Internacionais de Neonatologia e XLII Jornadas Nacionais de Neonatologia;</p> <p>Publicação do artigo: “Development of Viking Speech Scale to classify the speech of children with cerebral palsy”;</p> <p>Apresentação, no VIII Seminário de Neurodesenvolvimento – Avanços em Pediatria do Neurodesenvolvimento, do tema</p>	FAPPC APCs

		“Paralisia Cerebral – avanços”; Apresentação do Relatório do Programa de Vigilância Nacional da Paralisia Cerebral aos 5 Anos de Idade.	
SCPE		Reuniões científicas transnacionais.	SCPE FAPPC

## 6.6 PROJETOS

Projeto	Objetivos	Resultados	Apoios
<b>EU SOU EU</b>	<p>Capacitar as pessoas com Paralisia Cerebral para a sua autoafirmação, responsabilização e participação ativa no contexto social;</p> <p>Melhorar as competências técnicas na avaliação da capacidade do consentimento informado.</p>	Organização do Fórum Temas de Cidadania na Paralisia Cerebral.	<p>IRN</p> <p>APCs</p> <p>FAPPC</p>
<b>Capacitar</b>	<p>Promover a “Capacitação dos Dirigentes Associativos”, nomeadamente das pessoas com deficiência, suas famílias, técnicos e voluntários para melhorar a intervenção no contexto interno e externo da organização.</p>	<p>Realização de reuniões com as Associações no local onde estão sediadas;</p> <p>Participação em palestras e seminários dirigidos a técnicos; familiares e sobretudo a cidadãos com Paralisia Cerebral.</p>	<p>IRN</p> <p>APCs</p> <p>FAPPC</p>
<b>Dança Inclusiva</b>	<p>Criar estruturas que promovam e facilitem, às pessoas com deficiência, usufruir dos seus direitos à inclusão social e cultural;</p> <p>Possibilitar a participação em projetos integrados que proporcionem experiências</p>	<p>Participação de 127 pessoas, incluindo cidadãos com deficiência, técnicos e pessoas da sociedade civil;</p> <p>Realização de 4 workshops/castings de Dança Inclusiva; produção do espetáculo <i>Contraste</i>;</p>	<p>IRN</p> <p>APCs</p> <p>FAPPC</p>

	em atividades de formação de intérpretes de Dança Inclusiva.	realização de 2 apresentações em Lisboa e no Porto e apresentação da exposição dos 6 anos da CIM.	
<b>Todos Por Um</b>	Englobar múltiplas áreas de intervenção, que se centraram na inclusão escolar e social das crianças e jovens com deficiência.	<p>Realização de atividades que promovessem a inclusão escolar e social bem como a capacitação de técnicos e docentes;</p> <p>Participação e colaboração proativa das famílias com a escola e comunidade;</p> <p>Aumento dos níveis de autoconfiança e competência dos jovens, no que diz respeito à integração social e escolar;</p> <p>Permitiu criar momentos de lazer às famílias, aliviando o seu quotidiano.</p>	<p>IRN</p> <p>FAPPC</p> <p>DGE</p> <p>FPDD</p> <p>Câmara Municipal do Seixal</p> <p>Escolas do concelho de Almada/Seixal</p> <p>(entre outros agentes da sociedade)</p>

## 7. ATIVIDADE ECONÓMICA-FINANCEIRA

O volume de ações e projetos desenvolvidos, ao longo do ano de 2013, originou uma redução dos valores da exploração, ou seja, houve uma redução de Gastos em cerca de 19,1%, tendo os Rendimentos registado também uma redução que atingiu os 17,4%. Estes valores foram alcançados pela conjugação dos rendimentos obtidos e dos gastos realizados nas várias valências, as quais se apresentam no quadro seguinte.

Descrição Rendimentos	Projetos IN R				Funcionamento		ICFI	Total (€)
	Dança Inclusiva	Todos por Um	Eu Sou Eu	Capacitar	Direção	IN R	Bobath	
72 - Prestação de Serviços	4.500,00	6.500,00	3.770,20	4.592,14			5.410,00	24.772,34
75.1 - Subsídios à Exploração - INR	16.554,71	20.914,75	6.668,28	10.678,26		14.394,35		69.210,35
75.3 - Doações e Legados à Exploração	2.878,36	2.637,66		188,40	9.330,72			15.035,14
78 - Outros Rendimentos e Ganhos					9.863,25			9.863,25
79 - Juros, Dividendos e Out. Rendimentos					2,01			2,01
<b>TOTAL</b>	<b>23.933,07</b>	<b>30.052,41</b>	<b>10.438,48</b>	<b>15.458,80</b>	<b>19.195,98</b>	<b>14.394,35</b>	<b>5.410,00</b>	<b>118.883,09</b>

Descrição Gastos	Projetos IN R				Funcionamento		ICFI	Total (€)
	Dança Inclusiva	Todos por Um	Eu Sou Eu	Capacitar	Direção	IN R	Bobath	
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	19.801,10	28.188,51	7.062,59	5.012,76	13.328,52	763,24	5.415,87	79.572,59
63 - Gastos com o Pessoal	4.131,97	1.863,90	3.375,89	10.446,04	8.311,95	13.631,11		41.760,86
64 - Gastos de Depreciação e de Amortização					12.648,73			12.648,73
68 - Outros Gastos e Perdas					1.615,95			1.615,95
<b>TOTAL</b>	<b>23.933,07</b>	<b>30.052,41</b>	<b>10.438,48</b>	<b>15.458,80</b>	<b>35.905,15</b>	<b>14.394,35</b>	<b>5.415,87</b>	<b>135.598,13</b>

<b>Saldo da Valência</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-16.709,17</b>	<b>0,00</b>	<b>-5,87</b>	<b>-16.715,04</b>
--------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------------	-------------	--------------	-------------------

Da análise dos saldos obtidos, pode-se concluir que foi possível obter saldo zero nas atividades desenvolvidas com financiamento do INR, nomeadamente, nos 4 projetos que foram executados com base nas candidaturas aprovadas e também no apoio concedido para o funcionamento da atividade normal da Federação, embora para esse efeito tenham sido utilizados alguns rendimentos provenientes das quotizações e de donativos, que deveriam ser utilizados noutras valências.

Tal facto originou que a valência “Direção” fica-se deficitária, uma vez que para além de ter de suportar os restantes gastos de funcionamento da atividade, foi-lhes imputado os gastos de depreciação dos equipamentos. Pelo que continua a ser premente a necessidade da FAPPC diversificar as suas fontes de receita, em especial proveniente de entidades privadas, através da obtenção de participações e de donativos para o desenvolvimento das suas várias atividades e projetos.

Para uma melhor apreciação da atividade económico-financeira da Federação, apresenta-se de seguida alguns quadros evolução das contas nos últimos 3 anos (2011 a 2013), dos quais se realça os valores mais significativos e importantes em cada um deles.

Contas de Exploração	2011	2012	Tx. Cresc.	2013	Tx. Cresc.
Gastos	112.508,24	167.654,14	49,0%	135.598,13	-19,1%
Rendimentos	86.319,72	143.620,59	66,4%	118.883,09	-17,2%
<i>Resultado Líquido do Período</i>	<i>-26.188,52</i>	<i>-24.033,55</i>	<i>-8,2%</i>	<i>-16.715,04</i>	<i>-30,5%</i>

As contas de exploração têm originado nos últimos três anos resultados líquidos negativos, embora no ano de 2013 se tenha registado uma redução desses resultados em cerca de 30,5% face ao ano anterior, resultante da redução da atividade e dos gastos superiores aos rendimentos.

Contas de Gastos	2011	2012	Tx. Cresc.	2013	Tx. Cresc.
Fornecimentos Serviços Externos	58.238,25	116.486,55	100,0%	79.572,59	-31,7%
Gastos com Pessoal	35.456,11	34.657,07	-2,3%	41.760,86	20,5%
Depreciação / Amortização	17.596,75	15.545,21	-11,7%	12.648,73	-18,6%
Outros Gastos e Perdas	1.217,13	965,31	-20,7%	1.615,95	67,4%

No que respeita à evolução das contas de gastos, é de salientar a redução em 2013 dos Fornecimentos e Serviços Externos em cerca de 31,7%, resultante da diminuição da atividade. De referir que, a diminuição da atividade não foi acompanhada pela redução dos gastos com pessoal, que pelo contrario até registou-se um aumento de 20,5%, que foi resultado da admissão de uma estagiária que colaborou ativamente na execução dos projetos e das atividades realizadas ao longo do ano pela FAPPC.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução das contas de rendimentos, cumpre referir que as Quotizações e Joias obtiveram uma redução de 10,5%, uma vez que não houve adesão de novos associados como no ano anterior, por seu lado os rendimentos resultantes dos Cursos de Formação ICFI tiveram uma diminuição muito significativa, em cerca de 80,0%.

Cumpre referir que no ano de 2013 ocorreu uma maior diversificação dos rendimentos obtidos, com destaque para o subsídio do IEFP e de outras entidades (privadas).

Contas de Rendimentos	2011	2012	Tx. Cresc.	2013	Tx. Cresc.
Quotizações e Joias	8.000,00	9.500,00	18,8%	8.500,00	-10,5%
Inscrições em Eventos	2.695,20	945,00	-64,9%		-100,0%
Cursos Formação ICFI	13.829,80	27.036,00	95,5%	5.410,00	-80,0%
Compartic. Projetos Nacionais	3.657,78	17.878,16	388,8%	13.500,00	-24,5%
Compartic. Projetos Estrangeiros	6.164,55	2.200,00	-64,3%		-100,0%
Subsídios Estado - IEFP				5.521,55	100,0%
Subsídios Estado - INR	46.049,12	80.000,00	73,7%	69.210,35	-13,5%
Subsídios Outras Entidades				1.000,00	100,0%
Doações e Heranças		1.400,00	100,0%	5.875,93	319,7%
Outros Rendimentos e Ganhos	5.923,27	4.661,43	-21,3%	9.863,25	111,6%
Juros, Dividendos e Out. Rendim.				2,01	100,0%

Cumpra referir ainda que, embora tenha ocorrido uma redução da comparticipação dos projetos nacionais (24,5%) e do financiamento do INR (13,5%), as doações (donativos) e os outros rendimentos e ganhos tiveram taxas de crescimento significativas, respetivamente, 319,7% e 111,6%.

Contas do Balanço	2011	2012	Tx. Cresc.	2013	Tx. Cresc.
Caixa e Depósitos Bancários	29.238,75	12.253,45	-58,1%	4.133,60	-66,3%
Clientes e Utentes		2.200,00			-100,0%
Fornecedores	-3.710,00	-3.710,00			-100,0%
Pessoal	-126,22	-126,22			-100,0%
Estado e Outros Entes Públicos	-215,68	-395,15	83,2%	-238,25	-39,7%
Associadas FAPPC	8.050,30	12.106,59	50,4%	-1.585,47	-113,1%
Outras Operações - Beneficiários	-2.134,40	-2.134,40			-100,0%
Outras Contas a Receber / Pagar		-874,69		1.678,03	-291,8%
Deferimentos	-13.773,73	-10.477,16	-23,9%	-111,80	-98,9%
Activos Fixos Tangíveis	38.595,78	23.050,57	-40,3%	10.401,84	-54,9%
Resultados Transitados	-82.115,06	-55.926,54	-31,9%	-31.892,99	-43,0%

Por último referir a evolução das contas de Balanço, onde há a salientar a continuidade da redução das disponibilidades (Caixa e Depósitos Bancários) em cerca de 66,3%.

Embora no ano de 2013 o saldo dívidas entre a FAPPC e as suas associadas, seja favorável às mesmas, o mesmo deve-se unicamente ao acerto das despesas resultantes da execução dos projetos do INR, que só foi realizado no início do ano seguinte. Pese embora as várias notificações realizadas, existem algumas associadas que continuem em dívida as quotizações de 2 e até 3 anos anteriores, que provoca dificuldades de gestão tesouraria.

De mencionar ainda, a redução dos Ativos Fixos Tangíveis inerentes à depreciação dos equipamentos e a redução também dos Resultados Transitados positivos resultante da transferência dos resultados negativos obtidos nos últimos três anos.

## 8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No ano de 2013, como reflexo da atividade desenvolvida, obteve-se resultados líquidos negativos no valor de **16.715,04€**, os quais a Direção propõe que sejam transferidos para Resultados Transitados, de forma a serem cobertos por resultados positivos atingidos em anos anteriores.

## 9. CONCLUSÕES

A Direção da FAPPC procurou responder com qualidade às solicitações que lhe foram dirigidas.

O nível de exigência, o âmbito de abrangência, a celeridade nos procedimentos e respostas exigem uma exclusividade de trabalho, nem sempre possível, pelo fato de todos os membros da Direção serem voluntários e exercerem um atividade profissional regular fora da FAPPC, oriundos de diferentes pontos do país, o que temporalmente se torna uma tarefa árdua e complexa.

Contudo, a maioria das ações previstas foram realizadas com sucesso, a não concretização do proposto no plano de ação deveu-se fundamentalmente à falta de financiamento e de recursos humanos, em exclusividade na FAPPC.

Salienta-se o papel das Associadas na FAPPC, que prontamente responderam às solicitações e também a prestimosa colaboração que deram, na dinamização de ações e elaboração de documentos, sabendo na altura certa transformar as adversidades em oportunidades de melhoria.

Este relatório de atividades e contas é um instrumento de referência na ação da FAPPC, assumido como uma ferramenta de avaliação das atividades que desenvolveu no ano de 2013.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2014

**A Presidente da Direção,**

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Eulália Calado'.

(Dr.<sup>a</sup> Eulália Calado)